

Severo Gomes

## O fato e a versão

A Comissão Parlamentar de Inquérito que, no Congresso Nacional, investiga as denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a ação de grupos da Igreja numa suposta conspiração contra os interesses nacionais, está vivendo momentos de profunda perplexidade. A documentação apresentada à CPI, sete dias após o depoimento do diretor-responsável daquele jornal, Julio de Mesquita Neto, está permeada por sérias dúvidas sobre sua autenticidade e inclui documentos de instituições que simplesmente não existem.

O diretor do jornal, sr. Oliveiros Ferreira, afirmou, em seu depoimento, que o "Estado" havia deduzido, à luz dos documentos, que o Cimi e outros órgãos da Igreja estavam tramando contra os interesses permanentes da sociedade brasileira. Se já é estranho que um jornalista, em cargo de chefia num jornal do porte do "Estadão", se utilize de deduções, mais estranho ainda é que ele fundamente seu trabalho em documento "básico" —segundo ele— de uma instituição inexistente.

O "Christian Church World Council" indica em seus papéis timbrados —que chegaram à Comissão por iniciativa do "Estadão"— sete entidades na condição de membros: "Le Comité International de la Defense de la Amazonie", "The International Anthropology Resource Center", "The International Work Group for Indigenous Affairs", "The Berna-Geneve Ethnical Institute", "The Interamerican Indian Institute", "The International Cultural Survival" e "The International Ethnical Survive". Até o momento em que escrevo este artigo, cinco destas instituições haviam sido contactadas por membros da CPI.

As respostas foram idênticas e isto está documentado. Ninguém jamais ouviu falar do "Christian Church World Council". As entidades indicadas como a ele filiados desconhecem a filiação e não têm notícia da existência daquela instituição. As pesadíssimas acusações de "conspiração contra o Brasil" e de lesão da soberania nacional basearam-se em documento de uma entidade que até agora não foi encontrada e que pratica a falsidade de arrolar instituições idôneas como "líderes do movimento". Leviandade é palavra pequena para qualificar este procedimento.

Más a perplexidade aumenta na medida em que o processo de apuração começa a se tornar tortuoso. O outro documento "básico" —sempre na definição do jornal— é a diretriz n.º 4 (original em alemão). Neste texto, alguém relata o êxito do trabalho antinacional do Conselho Indigenista Missionário —Cimi— e pede aos Tin Brothers o pagamento de quantias, o preço da traição. Pois bem, este documento chegou à CPI acompanhado de um laudo do competente perito Antonio Carlos Villanova. Más, lendo o laudo do perito, verifica-se que o técnico examinou outros documentos que não aquele em questão.

Isto significa que, dos documentos básicos apresentados pelo jornal "O Estado de S. Paulo", um é claramente inepto, porque a entidade comete a imprudência de listar como filiadas entidades que a desconhecem e ninguém sabe onde é sua sede. O segundo documento, cuja assinatura é colocada em dúvida pela CPI, vem acompanhado por um laudo pericial de técnico conhecido que apreciou outros documentos, mas não aquele em discussão. Sem qualquer dúvida, há, isto sim, conspiração para que a CPI não tome conhecimento do que se passou no centenário jornal paulista em relação às propaladas ações antinacionais de grupos ligados à Igreja.

O perito Antonio Carlos Villanova compareceu à CPI na última quinta-feira e afirmou com tranquilidade que jamais havia examinado o documento citado pelo jornal. O "Estadão" publicou acusações pesadas, exibiu documentos dados como verdadeiros, mas não consegue sustentar sua versão dos fatos. Os outros dois documentos "básicos" são, apenas, páginas datilografadas, sem assinaturas e que fazem circular informações constantes nos dois primeiros, cuja autenticidade é cada vez mais discutível. A falsidade está presidindo esta manobra, que não se apóia em documentos elucidativos, nem em explicações razoáveis para a manobra do jornal de tentar iludir a CPI com um laudo pericial sobre documento que não está em questão.

Esta história evolui com tamanha rapidez que possivelmente na próxima quarta-feira a Comissão Parlamentar de Inquérito comece a discutir e votar o trabalho do relator e dê por encerrada a apuração de uma seqüência de falsidades, permeadas por leviandades. Se isto ocorrer, o Congresso Nacional terá alcançado um recorde, porque jamais uma CPI andou tão rapidamente e jamais, também, na história da imprensa brasileira, um jornal escreveu uma página tão vergonhosa sobre falta de ética como a produzida pelo centenário matutino paulista.

Severo Gomes escreve aos domingos nesta coluna.